

**AGUARDENTE: UMA ESTUDO
NO CAMPO SEMÂNTICO DA ALIMENTAÇÃO E COZINHA,
A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO ALERS**

Ludinalva Santos do Amor Divino (UFBA)
lilidivino@hotmail.com

RESUMO

Este artigo propõe verificar quais as variantes lexicais utilizadas na região sul do país para o item lexical *aguardente*, identificando as possíveis diferenças e/ou semelhanças diatópicas. A metodologia do trabalho deu-se a partir da análise dos itens lexicais que respondem a questão 182 do questionário do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sobre as variações lexicais para a pergunta: Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar, do campo semântico alimentação e cozinha. O *corpus* se constitui das respostas coletadas nos estados da região Sul que compõem a Carta 604 do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS). O projeto do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* busca registrar, organizar e comparar dados linguísticos de natureza fônica, morfossintática e semântico-lexical do português falado na Região Sul do país. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizaram-se os pressupostos teóricos da dialetologia, da geografia linguística e da lexicologia. Das respostas encontradas para a pergunta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 182: como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar? Foram encontradas as variantes: cachaça, pinga, caninha, cana, canha, tonzeza e pura. Ficou evidente que o processo de migração interno da região Sul dividiu esta região em duas áreas linguísticas, a paranaense e a rio-grandense, identificando o estado de Santa Catarina como área de transição, prova disso, foram as formas lexicais dominantes no Paraná (pinga) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cachaça). Em síntese, obtivemos na região sul a variante mais produtiva: cachaça (com 159 registros); em segundo lugar: pinga (com 87 registros); 1 ocorrência para a variante tonzeza e 1 ocorrência para a variante pura. Registra-se também a resposta prejudicada (rp) com 9 frequências.

Palavras-chave: Léxico do Português. Geolinguística. ALERS. Aguardente.

1. Introdução

O Brasil é um país cuja língua – a língua portuguesa – apresenta, indubitavelmente, um alto grau de diversidade e variabilidade. O falar de uma pessoa faz parte de sua cultura e, portanto, há de ser respeitado. Constitui-se marca essencial de sua identidade, além de integrar o âmbito da linguagem – toda forma de comunicação - assumindo o papel de principal “produto” da cultura e, ao mesmo tempo, o principal “instrumento” de sua transmissão.

Nesse sentido, não podemos considerar a linguagem fora do con-

texto sociocultural em que está inserida, na medida em que sua função seria não apenas transmitir informações, como também estabelecer e manter contatos sociais e culturais entre os falantes. Portanto, não se pode também deixar de lado o fato de que ela vai acompanhar e refletir os padrões de comportamento e valores socioculturais e identitários de uma dada comunidade de fala.

Objetivamos verificar quais as variantes lexicais utilizadas na região sul do país para o item lexical *aguardente*, identificando assim, as possíveis diferenças e/ou semelhanças diatópicas.

Nesse sentido, a metodologia do trabalho deu-se a partir da análise dos itens lexicais que respondem a questão 182 do questionário do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), sobre as variações lexicais para a pergunta: Como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar, do campo semântico *alimentação e cozinha*. Portanto, o *corpus* constituiu-se das respostas coletadas nos estados da região Sul que compõem a Carta 604 do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*.

Sabemos que o meio social e o domínio que o falante possui de diversos estilos linguísticos influenciam no momento de escolha do seu universo lexical adequando a fala como processo de comunicação e interação. Nessa direção, a palavra atua no estabelecimento da identidade do universo lexical do falante.

Nascentes aponta para o estudo da língua em uso, ao afirmar que “uma língua não se espalha através de uma região sem alterar-se aqui e ali” (NASCENTES, 1960, p. 253) e salienta a necessidade do estudo dialetológico em nosso país, devido à grande extensão territorial e à variada composição étnico-cultural brasileira que atuam na diversidade.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizamos os pressupostos teóricos da dialetologia, da geografia linguística e da lexicologia.

2. *Léxico*

O nível lexical da língua é considerado o retrato da cultura de um povo, refletindo aspectos vinculados às experiências sociais e culturais de uma comunidade, pois o indivíduo, ao escolher formas linguísticas para nomear os referentes do mundo físico e do universo simbólico, revela não somente a sua percepção da realidade, mas compartilha valores, prá-

ticas culturais e crenças do grupo social em que está inserido. Dessa forma, o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade, conforme Maria Tereza Camargo Biderman (2001, p. 14):

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos e categorias para gerar novas palavras.

No estudo do léxico, o ponto de partida é a linguagem, entendendo-se que, por meio da expressão linguística, é possível conhecer características culturais da comunidade, já que, através da palavra, os indivíduos expressam o tipo de vida que levam, o que pensam, o que fazem, os limites culturais que os mantêm. Para Eugenio Coseriu (1978, p. 19), cabe à etnolinguística o estudo dos fatos de uma língua motivados pelos saberes (ideias, crenças, concepções, ideologias) acerca das coisas.

Conforme Manuel Casado Velardi (1991, p. 41), no estudo da vinculação entre linguagem e cultura é importante distinguir se o ponto de partida da pesquisa é a linguagem ou a cultura. Ele faz ainda uma distinção entre sociolinguística e etnolinguística, afirmando que a primeira estuda a variação da linguagem relacionada à estrutura social da comunidade, enquanto a segunda dedica-se ao estudo da variação linguística relacionada com a cultura.

É conveniente pontuar que o pluralismo linguístico que caracteriza o português do Brasil é reflexo das variadas misturas de raças, culturas e línguas que estiveram presentes no processo de colonização de nossa terra. Sendo assim, a língua usada pelos falantes está sujeita à variação ou, nas palavras de Manuela Barros Ferreira, Ernestina Carrilho, Maria Lobo, João Saramago e Luísa Segura da Cruz (1966, p. 480): “a língua vive através da diversidade” que pode se dar em vários níveis: diacrônico, diatópico, diastrático, diafásico e diageracional.

Da descrição dessa variedade ocupa-se a geografia linguística que se constitui em um método da dialetologia horizontal, uma vez que a dialetologia faz uso desses princípios metodológicos para estudar e documentar o uso da língua dentro de um espaço, ou seja, para registrar os dados linguísticos areais, relacionando-os, muitas vezes, com dados sociais.

3. Variação diatópica: dialetologia monodimensional e dialetologia pluridimensional

Língua e sociedade são duas realidades totalmente interligadas e através da linguagem o homem consegue se comunicar e se expressar, interagindo com o mundo que o rodeia. Dessa maneira, através da linguagem, podemos identificar se o falante é homem ou mulher, bem como observar sua faixa etária, seu grau de instrução etc. É possível observar, por exemplo, se o falante brasileiro é nordestino, carioca, paulista ou sulista, devido às diferenças dialetais (fonéticas e lexicais) existentes entre eles. No entanto, apesar dessa gama de variedade linguística, o falante do sul do país compreende perfeitamente o falante do Norte, pois eles têm em comum a mesma unidade linguística que vigora no território brasileiro: a língua portuguesa e as variações não fazem desta uma língua ininteligível.

A partir do século XIX, desenvolveram-se diversas teorias linguísticas que se propuseram a explicar ou a observar a variação na língua, dentre elas podemos destacar a dialetologia, cuja finalidade é mapear e identificar a realidade espacial linguística, ou seja, visa a documentar a variação diatópica, registrando os distintos dialetos regionais, tendo assim uma dimensão prioritariamente espacial.

Neste sentido, os dados coletados a partir de uma pesquisa dialetal podem ser documentados tendo como base os critérios definidos pelo método da geografia linguística. Esta é definida por Eugenio Coseriu (1965, p. 05) como:

Un método dialectológico y comparativo que hay llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una rede de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados.

Na verdade, a geografia linguística ou geolinguística visa a investigar e a registrar a linguagem falada, inserida em um determinado espaço, podendo ter um enfoque monodimensional (eminentemente espacial) e pluridimensional. Enquanto este abarca, além dos dados espaciais, dados extralinguísticos, como gênero, faixa etária, nível de escolaridade etc., aquele registra exclusivamente a variação diatópica. Neste sentido, a dialetologia faz uso dos princípios metodológicos da geografia linguística.

ca para estudar e documentar o uso da língua dentro de um espaço, ou seja, para registrar os dados linguísticos areais, relacionando-os, muitas vezes, com dados sociais.

Diante disso, é conveniente pontuar que a geolinguística continua priorizando a variação diatópica, mesmo quando registra os dados da língua sob uma perspectiva pluridimensional; na verdade, apenas amplia sua dimensão ao controlar outras variáveis, como idade, escolaridade, gênero e, desse modo, complementa os dados areais, sem a busca obcecante e exaustiva de quantificação e, como bem afirmou Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000, p. 141): "Não creio que se deva aplicar à geolinguística a metodologia da dialetologia vertical, ou sociolinguística (...). Os dados geolinguísticos, ademais, não podem ser arguídos de pobreza sociológica (...)".

Atualmente, tem-se muito discutido acerca de outras dimensões, que não a diatópica, que devam ser levadas em consideração em uma análise dialetológica. Para Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000) contestar a importância de uma variável sobre outra não parece ser uma boa solução, dada a complexa relação entre língua e fatos socioespaciais. Além disso, temos de levar em conta que desde os primeiros trabalhos dialetais já se demonstrava preocupação com outras variáveis que não fossem diatópicas.

Neste sentido, achamos conveniente transcrever o que disse, com muita propriedade, Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2000, p. 415)

Creio que a geolinguística hoje, neste final de milênio, deve continuar a priorizar a variável diatópica, abrindo, porém, espaço para o controle de outras variáveis como gênero, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva de modo a complementar os próprios dados areais.

Assim, ao contrário do que foi afirmado por alguns estudiosos sobre a suposta crise da geolinguística, é preciso deixar claro que esta apenas ampliou e modernizou seu campo de estudo, tornando acessíveis dados que antes não se faziam necessários. Desse modo, urge que os cientistas da língua concebam a geografia linguística como um método da dialetologia que, com o decorrer do tempo, veio se desenvolvendo e buscando caminhos que mais se aproximem da realidade e, a partir de dados espaciais, pretende-se chegar a dados socioculturais, ou seja, a uma análise pluridimensional dos fenômenos linguísticos.

3.1. Representação da variação diatópica nos atlas linguísticos

Os atlas linguísticos são elaborados a fim de representar e registrar, em suas cartas, a variação diatópica, coletada a partir de uma pesquisa dialetal. Na verdade, nos atlas está reunido um conjunto

de mapas de um território, mais ou menos vasto, que representam ou localizam as realizações dos paradigmas linguísticos em estudo (de natureza fonética, lexical, morfológica ou sintática), registrando as respectivas variações geográficas. (FERREIRA *et al.*, 1966, p. 484)

Desse modo, um atlas linguístico nos possibilita visualizar a distribuição geográfica de determinado fenômeno da língua, delimitando sua extensão, além de isolar, através de isoglossas, áreas dialetais, definidas pela concentração de fenômenos linguísticos idênticos.

No tocante ao registro da variação diatópica, podemos afirmar que foi com a publicação do *Atlas Linguistique de la France* (ALF), elaborado por Jules Gilliéron que a geografia linguística se tornou uma disciplina autônoma, seguindo o seu curso e aprimorando seus princípios metodológicos. No Brasil, os estudos dialetais têm seu começo em 1826, com a presença de Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Carvalho, no *Atlas Ethnographique du Globe*, de Adrien Balbi.

Nesse contexto, o Brasil empreende a sua caminhada geolinguística publicando o primeiro atlas linguístico regional, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), em 1963, resultado de pesquisas realizadas na Universidade do Estado da Bahia pelos pesquisadores: Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Isensee Callou. Nos dias atuais, o Brasil conta com dez atlas linguísticos regionais publicados. O segundo atlas linguístico regional é o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), em seguida tivemos: o *Atlas Linguístico da Paraíba* (ALPB); o *Atlas Linguístico de Sergipe* (ALS) é o quarto atlas publicado no Brasil; o quinto atlas lançado no Brasil foi intitulado *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR), de Vanderci de Andrade Aguilera, em 1994; o sexto: *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS); o sétimo é o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (ALISPA); o oitavo atlas regional é o *Atlas Linguístico de Sergipe II*, de Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso; o nono atlas é o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* (ALMS); o décimo atlas regional publicado no Brasil é o *Atlas linguístico do Estado do Ceará* (ALECE).

No que diz respeito ao Brasil, o desejo inicial de se elaborar um atlas de extensão nacional foi grande, data de 1953, porém inviabilizado,

pois o Brasil era um país ainda, na sua maior parte, rural. Foram feitas pesquisas em escala estadual até haver reais condições infraestruturais de se fazer um atlas nacional. Passado pouco mais de 40 anos, foi, enfim, viabilizado o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que tem como objetivo geral fornecer dados para uma visão ampla da língua majoritária em nosso país. O Projeto ALiB se configura como um projeto original na medida em que busca o mapeamento global das variedades da língua portuguesa, uma vez que os atlas linguísticos regionais fornecem visões parciais dos usos da fala. (CARDOSO & PAIM, 2012)

De acordo com Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2010, p. 68), “o começo da geolinguística está, assim, marcado pela busca da realidade nacional, entendida como a descrição linguística de área que, geográfica ou politicamente, se reveste de unidade”. Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso informa que os atlas podem ser divididos em quatro tipos, de acordo com a extensão territorial: regional, nacional, continental e grupo linguístico.

Em relação a esse fato, Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (2010, p. 68) afirma que:

A necessidade de aprofundar o conhecimento de uma dada região, proporcionado pelos atlas nacionais, motivou o aparecimento de atlas regionais que, como a própria denominação explícita, se destinam ao exame de áreas menores, buscando detalhar o conhecimento de regiões específicas, fazendo com que o que se deveria ter constituído na primeira geração de atlas linguísticos – a produção de atlas regionais –, viesse a aparecer num segundo momento e quando já circulavam os atlas nacionais.

Dessa maneira, a busca pela realidade nacional provocou e provocará motivações para o surgimento de atlas em outros países, tendo como base os princípios metodológicos do *Atlas Linguistique de la France*, mesmo mudando uma ou algumas situações na metodologia.

4. A ocupação territorial da Região Sul e o surgimento do ALERS

O povoamento da região Sul deu-se, inicialmente, pelos índios. Em 1626, vieram os padres jesuítas espanhóis para catequizá-los e fundando aldeias denominadas missões ou reduções. Os índios que habitavam as missões criavam gado, ou seja, dedicavam-se à pecuária, trabalhavam na agricultura e aprendiam ofícios. Mais tarde, vieram os bandeirantes paulistas que atacaram as missões para aprisionar os índios. Com isso, os padres jesuítas e os índios abandonaram o lugar.

A população da região Sul aumentou muito com a chegada dos primeiros imigrantes europeus. No século XIX, o produto de grande expressão para o país deixou de ser a cana-de-açúcar e passou a ser o café, fato que aumentou o povoamento. Os primeiros imigrantes foram os açorianos. Depois vieram principalmente os alemães e os italianos. Outros grupos (árabes, poloneses e japoneses) também procuraram a região para morar.

Percebemos, portanto, que a região Sul teve uma concentração maior de europeus e descendentes que o restante do país, porque no período em que vieram muitos imigrantes para o Brasil a maioria lá se instalou, visto que as características da região (sobretudo o clima) se assemelhavam muito aos países europeus e sendo, também, a região propícia, principalmente, para o desenvolvimento de culturas agrícolas tais as praticadas na Europa.

Sabe-se que a delimitação de áreas linguísticas se fundamenta na correlação entre a língua falada e as características do meio geográfico, a saber: origem e constituição étnica da população, migrações, grau de isolamento e de urbanização, relevo, dentre outros. Sendo assim, acreditamos que a maneira como se deu a ocupação territorial dessa região tenha influenciado linguisticamente seus moradores.

Já situado na quarta fase da dialetologia no Brasil, o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS) é o sexto atlas lançado em território nacional, em 2002. Os pesquisadores: Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen foram os mentores desse atlas, o qual contempla os três estados da região sul do país: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Foram lançados dois volumes: o primeiro contendo introdução e metodologia e o segundo, o atlas propriamente dito. A rede de pontos para a pesquisa do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* é dividida em duas partes: 275 pontos, incluindo zona rural e zona urbana.

O projeto *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* busca registrar, organizar e comparar dados linguísticos de natureza fônica, morfossintática e semântico-lexical do português falado na Região Sul do país.

5. *Análise dos dados*

Os informantes para o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região*

Sul do Brasil têm idade entre 28 e 58 anos e pouca escolaridade, tendo sido escolhidos dois por localidade nas áreas rurais e três nas áreas urbanas. Em relação aos pontos, temos no Paraná, 100 pontos, em Santa Catarina, 80 pontos e Rio G. do Sul, 95 pontos, totalizando 275 pontos, como mencionamos acima.

Das respostas encontradas para a pergunta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 182: como se chama a bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar? Foram encontradas as variantes: *cachaça*, *pinga*, *caninha*, *cana*, *canha*, *tonteza* e *pura*, evidenciadas no Quadro abaixo.

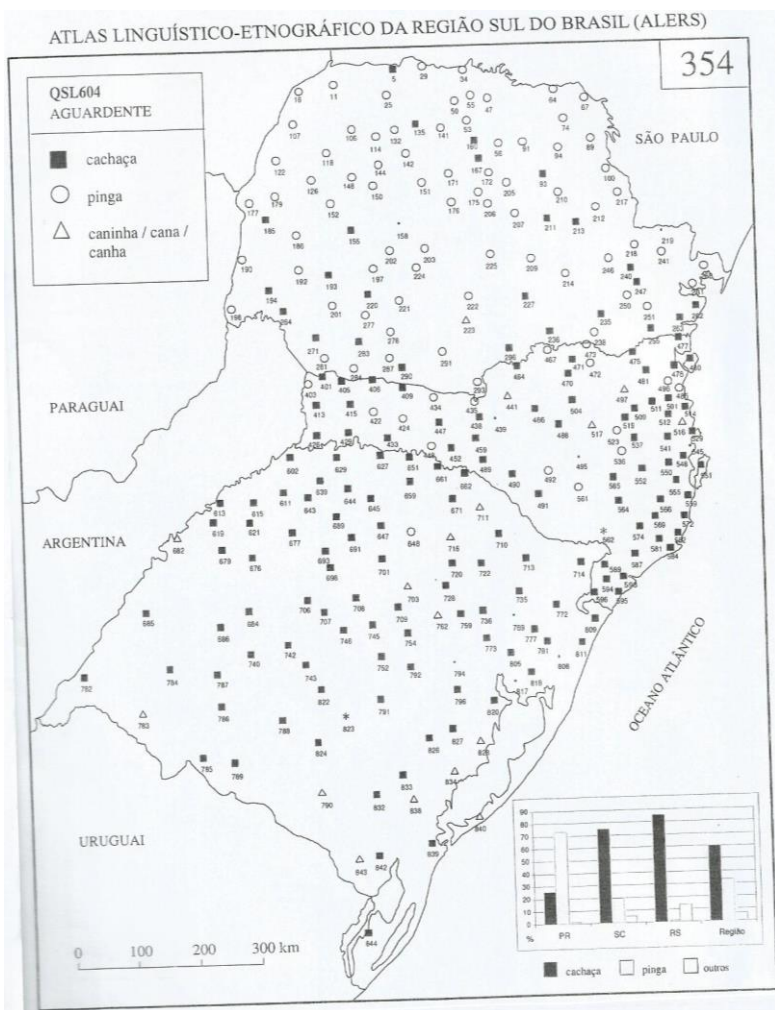
VARIANTES	FREQUÊNCIA
<i>cachaça</i>	159
<i>pinga</i>	87
<i>penga</i>	01
<i>caninha</i>	08
<i>cana</i>	04
<i>canha</i>	04
<i>tonteza</i>	01
<i>pura</i>	01
rp	09

Quadro I- Distribuição diatópica das variantes no ALERS

A partir do Quadro I, percebemos que a variante mais produtiva foi *cachaça* (com 159 registros); em segundo lugar *pinga* (com 87 registros); 01 ocorrência para a variante *tonteza* e 01 ocorrência para a variante *pura*. Registra-se também a resposta prejudicada (rp) com 9 frequências.

Em relação à análise lexical das variantes para *aguardente*, encontramos em Antônio Geraldo da Cunha (1997) a acepção da variante *cachaça* como *aguardente de cana-de-açúcar*, de origem controversa. Ainda em Antônio Geraldo da Cunha (1997), *cana* é classificada com sf, – caule de várias plantas da família das gramíneas, tais como o bambu.

Cana é trazida por Antônio de Moraes Silva (1945) com a acepção de bebida alcoólica, na entrada *caninha*, classificada como brasileirismo, diminutivo de *cana*. A lexia *pinga* é trazida por Antônio Geraldo da Cunha (1997) como extensão do verbo *pingar*. Para Antônio de Moraes Silva (1945) *pinga* é classificada como brasileirismo popular.



CARTA QSL 604- Aguardente

Percebe-se a partir da carta do "Questionário Semântico Lexical" (QSL) 604 que a designação *cachaça* foi a mais produtiva nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto a variante *pinga* foi predominante no estado do Paraná. Por outro lado, ainda neste estado, ocorreram 22 pontos com a variante *cachaça*, visualizando um traçado no Sul do Paraná, o que sugere influência da fronteira com Santa Catarina.

Através da carta, é notório o uso da variante *caninha* no Oeste do Rio Grande do Sul, o que acarretará em uma isoglossa nas localidades de: Barra do Ribeiro, Camaçá, São Lourenço do Sul e Pelotas que são representadas pelos pontos: 832, 838, 843, 834, 828 no Atlas.



GRÁFICO I – Distribuição das variações lexicais para o item aguardente - ALERS

Podemos observar no Gráfico I, que no Rio Grande do Sul ocorreu 84% de utilização da variante *cachaça*, enquanto em Santa Catarina obtivemos 73%. Já no Paraná, tem-se um percentual de 25% de usos desta variante.

Em relação à variante lexical *pinga*, seu uso foi mais predominante no Paraná, obtendo um percentual de 72%, enquanto em Santa Catarina prevaleceu com 20% de uso e no Rio G. do Sul, 3%.

No que tange às outras variantes (*caninha*, *cana*, *canha*), agrupadas como “*outras*”, foi apresentado um percentual mais significativo no Rio Grande do Sul com 12% de ocorrências.

6. Considerações finais

É perfeitamente possível se enveredar pelos caminhos da geografia linguística tendo sob controle, outras variáveis que não sejam apenas diatópicas, ou seja, a geolinguística assume outros parâmetros que não o diatópico, quando passa a considerar as variáveis sociais, mas não deixa de ser eminentemente diatópica.

Podemos pontuar que todo e qualquer estudo de natureza dialetal é de extrema importância para se conhecer e se registrar não apenas as diversidades linguísticas de natureza diatópica, como também as variedades da língua que correspondem a aspectos socioculturais e espaciais, levando os falantes a terem consciência de que cada comunidade lingüís-

tica, cada localidade e cada pessoa realizam sua língua de maneira diferente.

Ficou evidente que o processo de migração interno da região Sul divide esta região em duas áreas linguísticas, a paranaense e a rio-grandense, identificando o estado de Santa Catarina como área de transição, prova disso foram as formas lexicais dominantes no Paraná (pinga) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cachaça). Confirmando, portanto, que a partir do estudo do léxico torna-se possível desvendar as transformações sociais, históricas e ideológicas que perpassam um grupo social, isto é, as características humanas e culturais de determinados grupos são reveladas através do léxico.

O presente estudo foi uma pequena amostra das inúmeras possibilidades de exploração do material coletado pelo *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*, sinalizou, de forma bem tímida, a existência de áreas linguísticas relacionadas com as diversas áreas de colonização da Região Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Edufms, 2001, p. 13-22.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Tinha Nascentes razão? Consideração sobre a divisão dialetal do Brasil*. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 6, p. 49-59, 1986.

_____; PAIM, Marcela Moura Torres. (Orgs.). *Documentos 3 – Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Vento Leste, 2012, p. 219-230.

_____; FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____; _____. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

COSERIU, Eugenio. La geografía lingüística. *Cuadernos Del Instituto Lingüístico Latinoamericano*. Montevideo, n. 11, 1965.

_____. *O homem e sua linguagem*. Madrid: Gredos, 1977.

COMITÊ Nacional do Projeto AliB. *Atlas linguístico do Brasil: questionários*. Londrina: UEL, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FERREIRA, Manuela Barros; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João; CRUZ, Luísa Segura da. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p. 479-502.

KOCH, Walter A.; KLASSMAN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: Edufrg; Florianópolis: Edufsc; Curitiba: Edufpr, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: ____; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 109-115.

VELARDI, Manuel Casado. *Lenguaje y cultura*. Madrid: Síntesis, 1991.